

LEGALIZAÇÃO DE ÁREAS DE MINERAÇÃO DE GRANITO ATRAVÉS DO COOPERATIVISMO

André Luis de Andrade Rodrigues¹; Valter Augusto Goldmeier²; Maria Janete Kerber Goldmeier³; Rene Teixeira da Rosa⁴; Gabriel Alixander de Moraes⁵

¹ PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAQUÃ; ² AMBIENTALTEC; ³ AMBIENTALTEC; ⁴ AMBIENTALTEC; ⁵ TRIUNFO

RESUMO: No Município de Sentinela do Sul- RS, a mineração de granito para fins de utilização na construção civil, produzindo paralelepípedos, moirões e outras peças, vem ocorrendo desde mais de uma centena de anos. Esta atividade também ainda ocorre em outros municípios da região. Com o advento da legislação ambiental e com a Constituição Federal de 1988 estes trabalhadores/pequenas empresas se viram obrigados a se adaptarem à nova legislação. Os trabalhos eram realizados de forma manual, correndo riscos sem uso de EPI's e sem orientação técnica adequada. Com o apoio da Prefeitura Municipal de Sentinela do Sul, a partir de 2007, foi viabilizada a regularização de algumas áreas junto ao DNPM e junto ao órgão ambiental competente, que no RS é a FEPAM. A partir de então, os trabalhos foram organizados, bem como a Cooperativa foi organizada dentro dos ditames da lei. Atualmente, são quase 100 sócios, e parte deles está com suas frentes de lavra/pedreiras legalizada. Vale ressaltar que além da Prefeitura Municipal, houve uma importante compreensão do Ministério Público na idealização desta Cooperativa, bem como do DNPM. Podemos concluir que houve ganhos em diversas esferas: econômica, social, segurança do trabalho e ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: COOPERATIVISMO; COOPERMISUL.